

RECENSÃO

Excavando papeles: indagaciones arqueológicas en los archivos españoles. Ed. Joaquín L. Gómez-Pantoja. Guadalajara: AACHE Ediciones de Guadalajara, 2004. 309 p. (Letras e Alcalá; 2). ISBN 84-96236-24-2.

O título desta obra – uma compilação de estudos, coordenada pelo historiador espanhol Joaquín Gómez-Pantoja – pode induzir o leitor a pensar que se trata de um livro de Arqueologia, ou melhor, de recolha de fontes de informação nos arquivos espanhóis susceptível de contribuir para o conhecimento arqueológico. Não é, porém, exactamente e apenas assim. Trata-se, de facto, de um volume de estudos sobre Património Cultural ou Histórico, no seu sentido mais lato, onde os temas de Arqueologia têm naturalmente o seu lugar, coexistindo com outros do âmbito de diversas disciplinas. Vejamos, em breves linhas, as temáticas contempladas.

Miguel Ángel López Trujillo aborda os casos do Castelo de Molina de Aragón e da ponte de El Bronco. Carlos Sáez Sánchez debruça-se sobre os arquivos e as ciências documentais no século XIX. Maria del Val González de la Peña trata dos primórdios do ensino da Paleografia em Espanha. A Real Academia Greco-Latina Matritense é objecto de análise por parte de Pilar Hualde Pascual e Francisco García Jurado. Uma outra academia, a Real de Arqueologia y Geografía del Príncipe Alfonso (1837-1868), é estudada por Sónia Calle Marín. De novo Miguel Ángel López Trujillo, em parceria com o coordenador da obra, tratam das origens da Arqueologia em Guadalajara. Jaume Massó Carballido escreve sobre excavações em Tarragona em 1859 com base no “informe” dirigido por Hernández Sanahuja à Real Academia de la Historia. Dois documentos referentes a epigrafia romana são a motivação para o estudo de Helena Gimeno Pascual e Isabel Velázquez Soriano. Os marcos miliários de Matalebreras (Soria) são tema do trabalho de Rosário Hernando Sobrino. O texto de Marta Carrasco Ferrer e Miguel Ángel Elvira Barba intitula-se “La urna cineraria del Riuseñor”. De algumas inscrições romanas do Museo Arqueológico Nacional de Madrid ocupa-se, novamente, Joaquín Gómez-Pantoja. E, por fim, Isabel Velázquez Soriano trata de “unos poemas casi inéditos de Gracián de Alderete”.

Este rápido percurso pelo sumário da obra suscita, certamente, o interesse de leitores diversificados, mas tendo em comum o gosto por uma temática de largo espectro, que dá pelo nome abrangente de Património Cultural. Neste conceito cabem variadas abordagens, como fica patente na obra que analisamos.

A noção de Património, entendida como um bem que se deve preservar e valorizar, é relativamente recente e emerge como um “produto” que, em última instância, remonta aos ideais que guiaram os revolucionários franceses em 1789. A ideia de Nação, a importância

dada à História Nacional como legitimadora da identidade dos povos, a valorização de bens ditos culturais (monumentos, obras de arte, livros, documentos, objectos...) são elementos de uma perspectiva que se começou a afirmar no século XIX e que se consolidou ao longo da centúria seguinte, permanecendo ainda hoje como visão dominante e paradigmática.

Na introdução deste livro, Joaquín Gómez-Pantoja fundamenta de uma forma muito interessante e consistente esta problemática, considerando o século XIX como uma época “agradável, fecunda e influente”, em que a História tem um papel marcante. É, sem dúvida, no contexto do Positivismo e do Romantismo, aliados à ideologia burguesa dominante, que a ciência histórica se desenvolve, arrastando consigo uma série de saberes instrumentais, a que se convencionou chamar “disciplinas auxiliares”. Sob esta designação podemos reunir não só a Paleografia, a Diplomática, a Sigilografia, a Numismática, a Codicologia, a Esfragística, técnicas ainda hoje fundamentais para a validação e construção da “verdade histórica”, mas ainda outras áreas que, com o evoluir dos tempos se foram autonomizando, como é o caso da Arqueologia, da Museologia, da Arquivística e da Biblioteconomia.

A construção historiográfica de matriz positivista, apoiada na prova documental, foi o motor de desenvolvimento de uma concepção que, por um lado viabilizou e estimulou a concentração, sob a tutela do Estado, de fontes documentais de vários tipos (bibliográficas, arquivísticas, museológicas, arqueológicas... ou seja, livros, documentos, objectos, todos eles catalogados na categoria de bens culturais ou patrimoniais), consubstanciadoras da memória e identidade nacionais e, por outro lado, desencadeou o surgimento de instituições destinadas a custodiar, tratar e divulgar essas mesmas fontes documentais.

Os arquivos, bibliotecas e museus nacionais são a expressão mais fidedigna da concepção historicista e patrimonial e as associações e academias de eruditos e estudiosos do passado – algumas delas com vocação formativa, como é o caso, por exemplo, da *École des Chartes* instituída em Paris em 1821¹ – completam o quadro em que a Ciência Histórica desabrochou em plena centúria de Oitocentos.

Os estudos reunidos neste livro ilustram de forma notável a tal época fecunda de desenvolvimento da História, mas sobretudo realçam a importância do registo documental como fonte de informação para a construção historiográfica que nasceu no século XIX. Privilegiam também o estudo de épocas recuadas do nosso passado, incluindo de forma expressiva a Antiguidade Clássica e épocas anteriores, e pretendendo mostrar que, também para o estudo destes períodos, o registo escrito tem importância fundamental. “Excavando papeles” quer dizer exactamente isso.

Ficam-nos algumas questões: a moderna Ciência Histórica, entendida como uma área do vasto campo das Ciências Sociais, continua a super valorizar as fontes documentais como os alicerces básicos da construção historiográfica? A concepção positivista, tão bem expressa por Henri Marrou em *De la connaissance historique* com a célebre frase “a História faz-se com documentos”, não é, hoje, profundamente questionada pelas modernas correntes científicas? Sendo o Património Cultural um conceito com forte carga política e

¹ À semelhança da *École des Chartes*, outras instituições foram surgindo em diversos países, privilegiando o ensino da Paleografia e da Diplomática. O Institut für Österreichische Geschichtsforschung, instituído em Viena, em 1854, a Escuela de Diplomática de Madrid, criada em 1856, ou a Scuola di Paleografia e Diplomatica, surgida em Florença, em 1857, são alguns dos exemplos mais significativos.

ideológica e marcadamente conotado com a Modernidade porquê a obsessão, também em áreas científicas, na sua defesa intransigente?

A ciência em geral (e a ciência histórica em particular) é hoje um *constructo* apoiado em teorias, modelos e paradigmas e a informação é essencial como matéria-prima dessa construção. Mas mais do que “excavar” papéis (evidências, testemunhos) temos de contextualizar e relacionar informação e isso não pode esgotar-se nessa “escavação” e descoberta de fontes.

*Fernanda Ribeiro**

* Professora Auxiliar da Secção de Ciência da Informação – Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.